



Figueiredo explica: não tem pressa.

A declaração, no programa "O povo e o presidente", pode justificar o adiamento do pacote.

— O barco deve seguir um rumo cuidadoso

A frase é do presidente Figueiredo, que a usou ontem à noite, no programa de televisão "O povo e o presidente", para explicar os cuidados que o governo vem tomando para adotar decisões políticas e econômicas. Segundo Figueiredo, "todo o País olha para mim e espera decisões políticas e econômicas. Elas serão tomadas, elas estão sendo tomadas, seguindo o seu curso no momento apropriado. Não vou tomar medidas apressadas, eu tenho de examinar a evolução da situação, os efeitos previsíveis, os prós, os contras, antes de uma decisão".

Esse cuidado também pode explicar o novo adiamento da segunda etapa do pacote econômico, anunciado ontem no final da tarde pelo porta-voz do Palácio do Planalto, Carlos Átila. Ele informou que a minuta dos documentos não pôde ser concluída e que provavelmente isso ocorreria ao longo do dia de hoje. Entretanto, Átila avisou que as medidas podem até mesmo ser divulgadas apenas na próxima semana, uma vez que o presidente Figueiredo viaja amanhã para Mato Grosso.

No programa de televisão de ontem à noite, Figueiredo não forneceu esclarecimentos sobre nenhuma das medidas em estudo na área econômica. Disse apenas que, "numa situação que é difícil para todos, em que todos estão sendo atingidos pela

crise, as medidas que o governo adota têm de se orientar pela equidade".

— Temos de adotar medidas de restrição, de contenção, de limitação — prosseguiu o presidente. Essas medidas devem limitar, restringir, cortar nos setores mais capazes de suportar esses limites, essas restrições. E devemos limitar e restringir menos nos setores mais sacrificados pela própria crise e que já estão nos seus limites. Isso é equidade. Então, o nosso rumo tem de ser cuidadoso para evitar que o ônus das medidas atinja, de maneira equilibrada, todos os setores da comunidade.

Figueiredo também afirmou ter confiança na capacidade do País em superar a atual crise. "Eu confio em mim e confio na nossa capacidade de seguir adiante. Estamos passando pela crista da crise, um pouco atrás dos europeus e dos americanos. Quando eles estavam no momento pior fizeram reajustes e autolimitações muito mais fortes do que nós precisamos. Agora é nossa vez; nós também vamos nos auto-restringir por um curto tempo e depois as coisas vão melhorar."

— Todo mundo reclamou da maxidesvalorização — completou. Eu disse aqui que era uma medida necessária para ajudar os nossos exportadores. Agora todos já estão vendo os resultados, as exportações crescem, isso quer dizer produção e emprego. A nossa produção agrícola cresceu tanto nos últimos anos que o impacto da seca e das

enchentes do Sul não afetou o conjunto. Não vai haver escassez de alimentos por causa disso.

Falando sobre a greve dos funcionários públicos, o presidente a considerou "um erro grave". Para ele, "o funcionário público não pode fazer greve. Isso é faltar ao seu dever fundamental. É renegar a sua razão de ser, que é servir ao povo, que é quem paga os seus vencimentos. O serviço público não pode parar, por sua própria natureza. Por isso, a greve do funcionário público é ilegal".

Ele explicou que o governo não recebeu os funcionários porque as reivindicações que eles apresentam "são as mesmas de antes, que já foram examinadas e respondidas pelo governo. No momento não há nada a fazer senão esperar uma oportunidade melhor. Quando a oportunidade aparecer, o governo tomará a iniciativa de atender essas reivindicações. Quando o funcionário público faz greve, eu penso é no brasileiro que tem de ser atendido por ele, esse brasileiro que paga o imposto de onde sai o vencimento do funcionário".

— O funcionário deveria pensar que já tem um emprego; que está sendo pago pelo contribuinte, e que o Tesouro não tem recursos para pagá-lo melhor. Mas eu compreendo que é uma atitude emocional de alguns funcionários. Compreendo que a atitude não é gratuita. Eles estão em dificuldades — afirmou Figueiredo.